



A MULHER NEGRA E O TRABALHO DOMÉSTICO NAS PERSPECTIVAS DE LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ NASCIMENTO

The black women and domestic work from the perspectives of Lélia Gonzalez and Beatriz Nascimento

Mujeres negras y trabajo doméstico en la perspectiva de Lélia Gonzalez y Beatriz Nascimento

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v25.899>

Ana Paula Melo da Silva¹

Alex Ratts²

Histórico do Artigo:

Recebido em 25 de janeiro de 2023

Aceito em 28 de julho de 2023


Publicado em 02 de agosto de 2023

RESUMO


Neste trabalho, parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia em andamento, propomos uma reflexão do pensamento da antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994) e da historiadora Beatriz Nascimento (1942-1995), acerca das posições e condições de mulheres negras no mercado de trabalho, com especial atenção às suas contribuições sobre o trabalho doméstico remunerado. Para tanto, realizamos o levantamento dos textos destas autoras que tratam de temas como mercado de trabalho, exploração econômica-sexual de mulheres negras, representações, entre outros; e abordamos as principais contribuições destas para a compreensão da condição histórica de exploração e desamparo vivenciada, também, no mercado de trabalho. Buscamos ainda relacionar o pensamento destas com outras autoras também comprometidas a interpretar e denunciar os diferentes mecanismos de subordinação da população negra no Brasil, com especial relevo à condição de mulheres negras.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Trabalho Doméstico Remunerado. Lélia Gonzalez. Beatriz Nascimento.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Licenciada e mestra em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Email: anapaula4@discente.ufg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5009-8742>

² Professor na Universidade Federal de Goiás (UFG) nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e de pós-graduação em Antropologia. Coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG). Email: ratts@ufg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9861-5163>

ABSTRACT

In this paper, part of an ongoing doctoral research in Geography, we propose a reflection of the thought of anthropologist Lélia Gonzalez (1935-1994) and historian Beatriz Nascimento (1942-1995), about the positions and conditions of black women in the labor market, with special attention to their contributions on paid domestic work. To do so, we surveyed the texts by these authors that deal with issues such as the labor market, economic-sexual exploitation of black women, representations, among others; and we addressed their main contributions to the understanding of the historical condition of exploitation and helplessness experienced, also, in the labor market. We also tried to relate their thoughts to other female authors who are also committed to interpreting and denouncing the different mechanisms of subordination of the black population in Brazil, with special emphasis on the condition of black women.

Keywords: Black Women. Paid Domestic Work. Lélia Gonzalez. Beatriz Nascimento.

RESUMEN

En este trabajo, parte de una investigación doctoral en Geografía en curso, proponemos una reflexión sobre el pensamiento de la antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994) y de la historiadora Beatriz Nascimento (1942-1995), acerca de las posiciones y condiciones de las mujeres negras en el mercado de trabajo, con especial atención a sus aportes sobre el trabajo doméstico remunerado. Para eso, realizamos un levantamiento de los textos de estas autoras que abordan temas como el mercado de trabajo, la explotación económica y sexual de mujeres negras, representaciones, entre otros; y abordamos sus principales aportes para comprender la condición histórica de explotación y desamparo vivida igualmente en el mercado laboral. También buscamos relacionar sus pensamientos con otras autoras igualmente comprometidas con la interpretación y denuncia de los diferentes mecanismos de subordinación de la población negra en Brasil, con particular atención a la condición de las mujeres negras.

Palabras-clave: Mujeres Negras. Trabajo Doméstico Remunerado. Lélia Gonzalez. Beatriz Nascimento.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, parte de uma pesquisa de doutorado em Geografia³ em andamento, propomos uma reflexão do pensamento da antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994) e da historiadora Beatriz Nascimento (1942-1995), intelectuais ativistas dos anos 1970 e 1980, acerca das posições e condições de mulheres negras no mercado de trabalho, com especial atenção às suas contribuições para a interpretação do trabalho doméstico remunerado.

Para tanto, inicialmente realizamos o levantamento dos textos destas autoras que tratam de temas como mercado de trabalho, educação, exploração econômica-sexual de mulheres negras, representações, entre outros. Em seguida, abordamos as principais contribuições destas para a compreensão da condição de exploração e desamparo historicamente vivenciada, também, no mercado de trabalho. De modo a abarcar as principais contribuições das autoras, ora as discussões são realizadas de modo conjunto, relacionando a perspectiva de ambas, ora de modo individual. Ao longo do trabalho buscamos também relacionar o pensamento de Gonzalez e Nascimento com outras autoras, como Sueli Carneiro e Aparecida Bento, em parte, contemporâneas a estas e comprometidas

³ Pesquisa com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

com a interpretação e denúncia dos diferentes mecanismos de subordinação da população negra no Brasil, com especial relevo à condição de mulheres negras.

O pensamento das autoras nos é fecundo devido à interpretação do trabalho doméstico remunerado à luz do retorno analítico ao período colonial, o que pode nos permitir compreender a ainda atual presença compulsória de mulheres negras nesta ocupação. Suas amplas contribuições possibilitam a compreensão do modo como passado e presente coexistem nesta atividade socioeconômica.

LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ NASCIMENTO

Durante parte do século XX, duas importantes intelectuais, Lélia Gonzalez, nascida em 1935 em Minas Gerais, militante do movimento negro, professora, antropóloga e intelectual (RATTS; RIOS, 2010), e Beatriz Nascimento, nascida em 1942 em Sergipe, ativista, professora, poeta, historiadora e intelectual (RATTS, 2021), construíram um amplo legado para a interpretação do contexto racial brasileiro e de seus sujeitos. Como pensadoras engajadas, realizaram significativas contribuições para a compreensão da condição da população negra, e mais veemente da mulher negra no Brasil como, por exemplo, é possível observar nas produções *A Mulher Negra no Brasil* (2020b⁴), *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984), e *E a Trabalhadora Negra, Cumé que Fica?* (2020c⁵), de Lélia Gonzalez, e *A Mulher Negra no Mercado de Trabalho* (2021a⁶;) e *A Mulher Negra e o Amor* (2021b⁷), de Beatriz Nascimento. Traçando um percurso desde o contexto colonial até seus desdobramentos contemporâneos, as autoras oferecem um amplo repertório de análise, reinterpretando a presença deste grupo no mercado de trabalho através da abordagem de temas como democracia racial, seleção racial, divisão sexual e divisão racial do trabalho, entre outros.

No trato de suas trajetórias pessoais, políticas e intelectuais, mostra-se necessária a abordagem, também, do contexto em que estas, para além de estarem imersas, participam da construção. Em relação ao período entre 1978 e 1988, Flávia Rios e Alex Ratts (2016) salientam o aumento de intelectuais ligados aos movimentos sociais, em especial pela expansão do campo intelectual ocorrida no país. Este é o período em que o movimento negro obtém abrangência nacional, mantendo, ainda hoje, a característica da intelectualidade negra (RIOS, RATTS, 2016).

⁴ Originalmente publicado em inglês, intitulado "The Black Woman in Brazil", na obra *African Presence in the American* (MOORE, 1995). Traduzido por Bárbara Cruz para o livro *Por um Feminismo Afro-latino-americano* (GONZALEZ, 2020).

⁵ Publicado originalmente no jornal *Mulherio*, ano 2, nº 7, maio/jun. 1982.

⁶ Originalmente publicado no jornal *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1976.

⁷ Originalmente publicado no *Jornal Maioria Falante*. Rio de Janeiro, fev./mar. de 1990.

Um traço comum a essa intelectualidade negra é a origem em famílias de classes baixas e médias urbanas, a formação acadêmica nas principais instituições de ensino superior, nas quais se envolvem no ambiente político de contestação à Ditadura Militar. Nesses espaços buscam inserir a problemática do negro no Brasil, valendo-se da formação de coletivos políticos e eventos públicos nos quais buscavam debater o problema do colonialismo intelectual e político, do preconceito e, sobretudo, da discriminação racial no país (RIOS; RATTS, 2016, p. 470).

Este traço de uma origem em famílias pertencentes às classes baixas e médias afirmado pelos autores nos interessa para a compreensão do perspectiva e da produção intelectual das autoras. Lélia Gonzalez era filha de sujeitos que tinham as profissões ferroviário e empregada doméstica (RATTS; RIOS, 2010) e Beatriz Nascimento, mãe dona de casa e pai pedreiro (RATTS, 2006). Essa mesma configuração laboral das famílias pode ser observada em outras intelectuais, por vezes também engajadas em movimentos sociais, como Sueli Carneiro, filha de costureira e ferroviário (BORGES, 2009), Benedita da Silva, mãe lavadeira e pai pedreiro (SCHUMAHER, 2000), Jurema Werneck, mãe costureira e pai alfaiate (CAMPOS, 2019), e Conceição Evaristo, filha de lavadeira e pedreiro, e que ao longo de sua vida trabalhou também como empregada doméstica⁸ (EVARISTO, 2022). Quanto à configuração laboral das famílias, é interessante considerarmos como esta influenciará na construção intelectual e política das autoras. Alex Ratts (2021), abordando os embates e construções feitas por mulheres negras no meio acadêmico no contexto estadunidense (COLLINS, 2019) e brasileiro, afirma que:

Algo semelhante se deu no Brasil: o questionamento do racismo e seus efeitos, do mito da democracia racial e das condições de vida da população negra ganha contornos especiais na escrita de mulheres negras que tratam da corporeidade, da subjetividade, das famílias e comunidades (RATTS, 2021, p. 19).

Deste modo, então, negando o distanciamento amplamente incentivado na academia e assumindo a posição “de dentro” (RATTS, 2021, p. 19), as autoras abordam temas relacionados à condição da população negra no Brasil, considerando, também, a experiência como elemento constituinte de sua intelectualidade: “A experiência (pessoal e coletiva), que também deveria ser afastada dessa arena, é constitutiva dos saberes das mulheres negras e de outros grupos, seja em dimensão coletiva ou individual, em formas inscritas no corpo e no espaço” (RATTS, 2021, p. 19). Este traço importante da construção intelectual destas se apresentará de modo intrínseco em suas compreensões e reinterpretções multidimensionais sobre o ser mulher negra no Brasil.

⁸ Depoimento concedido originalmente em sua palestra no I Colóquio de Escritoras Mineiras: poesia, ficção e memórias, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 14 de maio de 2009.

TRABALHO E POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL SOB O PRISMA DE LÉLIA GONZALEZ

A posição e as condições da população negra no mercado de trabalho foram tema de diversos escritos de Lélia Gonzalez. Como ponto de partida de sua perspectiva, invocamos a afirmação que a autora realiza sobre a existência de uma divisão racial do trabalho, em *A Juventude Negra Brasileira e a Questão do Desemprego* (1979). Gonzalez (1979), apresentando as características da economia brasileira, salienta o desequilíbrio da energia produtiva, fator que recai de modo desproporcional sobre a população negra devido à opressão racial. Neste cenário de privilégio racial, ainda que brancos e negros disponham do mesmo grau de qualificação exigida, os primeiros têm explícita vantagem competitiva no preenchimento das vagas ofertadas, o que massifica a população negra em condições laborais precárias, formando, desta maneira, uma massa marginal destinada ao subemprego ou desemprego, condições que irão gerar desdobramentos em outras áreas de suas vidas, como educação, habitação e saúde (GONZALEZ, 1979).

De mesmo modo, tanto no texto citado anteriormente, quanto em *Cultura, Etnicidade e Trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*⁹ (GONZALEZ, 2020), a autora traz à compreensão os aspectos políticos, econômicos, sociais e espaciais que sustentam a posição que a população negra ocupa, também, no mercado de trabalho, salientando a falta de perspectiva e de oportunidades vivenciadas pelo grupo.

No pensamento da autora é interessante destacarmos como esta retoma o percurso histórico de superexploração da população negra, denunciando o acúmulo de práticas e pensamentos que culminam nas posições ocupadas atualmente. A exemplo, em *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômica* (1982), Gonzalez evoca aspectos históricos da escravidão no Brasil para ilustrar a situação da população negra e, especialmente, da mulher negra, enquanto aborda, também, a atualização destes mecanismos, como o mito da democracia racial, tema constante em muitas de suas produções, e os estereótipos atribuídos ao grupo.

PENSANDO A TRABALHADORA NEGRA

Para além de abordar as questões que historicamente atravessam e configuram a experiência da população negra no Brasil, Lélia Gonzalez despende notável atenção à condição das mulheres negras. A dominação e exploração econômica, sexual e social – por vezes indissociáveis umas das outras – destas sujeitas é objeto contínuo de suas análises.

⁹ Originalmente apresentado no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Pittsburgh, 1979.

Não seria despropositado afirmar que Lélia Gonzalez fez a recepção do feminismo no movimento negro, ao mesmo tempo em que no interior do movimento de mulheres insere o tema das relações raciais, atentando para o caso da subordinação das mulheres negras na representação cultural, social e na força de trabalho (RIOS; RATTIS, 2016, p. 476).

No pensamento desta autora um elemento se evidencia: a consideração da articulação entre diferentes marcadores sociais, compreensão destacada como uma de suas contribuições de maior impacto (BAIRROS, 2002). A exemplo, no texto *E a Trabalhadora Negra, Cumé que Fica?* (GONZALEZ, 2020, p. 217) consta a seguinte afirmação: “[...] Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual)”. Isso sinaliza a antecipação do que adiante será denominado interseccionalidade, conceito cunhado dentro das lutas e teorizações feministas nos Estados Unidos e sistematizado por Kimberlé Williams Crenshaw em 1989. Nas análises realizadas por Lélia Gonzalez não raro encontramos a consideração das interações entre as categorias de raça, classe e gênero.

De fato, a autora figura como uma das antecessoras do conceito de interseccionalidade enquanto uma questão teórica e política. Podemos dizer que Lélia Gonzalez trabalhava esta proposição em três planos: entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo) (RIOS; RATTIS, 2016, p. 476).

Essa perspectiva modela as interpretações que a autora faz sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, salientando como a interação entre essas atribuições reconfigurarão a experiência social dos sujeitos.

DESNATURALIZANDO OS LUGARES SOCIAIS

Em diferentes escritos de autoras negras múltiplas discussões se entrecruzam, se distanciam ou se complementam. No que tange às análises sobre a dimensão do trabalho na experiência de mulheres negras, são recorrentes os relatos sobre serem confundidas, em diferentes ambientes, com empregadas domésticas. O questionamento “a patroa está?”, narrado por Lélia Gonzalez (2020b), mas que se apresenta também em outras leituras, coloca em relevo a construção e naturalização de um lugar para mulheres negras. Gonzalez (1984) e Nascimento (2015) mencionam experiências similares: a de serem identificadas como domésticas. Gonzalez relata:

Nesse sentido vale apontar para um tipo de experiência muito comum. Refiro-me aos vendedores que batem à porta de minha casa e, quando abro, perguntam gentilmente: ‘A madame está?’. Sempre lhes respondo que a madame saiu e, mais uma vez, constato como somos vistas pelo ‘cordial’ brasileiro. (GONZALEZ, 1984, p. 228).

No texto em prosa *Meu negro Interno*¹⁰ de Beatriz Nascimento (2015), a narradora traz outra situação:

Por isso fiquei algum tempo olhando o homem, que já começava a enfurecer-se: – ‘a entrada de serviço é por ali...’ repetia. Com calma expliquei-lhe que era amiga da moradora do prédio e não empregada. Agastado o homem replicou – ‘também não vou adivinhar não é? Não sou adivinho’. Concordei (NASCIMENTO, 2015, p. 96).

Na construção de seu repertório de interpretações e análises sobre a condição da população negra no Brasil, Gonzalez aponta constantemente a influência do mito da democracia racial e da ideologia de branqueamento na construção deste cenário, elementos que também são observados com frequência no pensamento de Beatriz Nascimento. Em *A Mulher Negra no Brasil* (2020b) Gonzalez aborda como estas tendências ideológicas atuarão, dentre outros aspectos, na definição dos lugares e papéis estereotipados historicamente atribuídos à população negra, a exemplo, às mulheres negras são atribuídos dois: a doméstica e a mulata. Embora reconhecendo que estes papéis por vezes marcam um mesmo sujeito, a depender do contexto em que este se encontra, a ênfase da discussão proposta neste escrito se dará à primeira atribuição, a qual a autora (GONZALEZ, 2020a, p. 44) afirma que “[...] O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc.”. Nesta compreensão visualizamos também a tipificação do sujeito:

Nesse contexto, as experiências das mulheres negras são bastante significativas: não é raro que uma dona de casa negra de classe média, quando atende a porta, seja surpreendida por um vendedor que insiste em falar com sua patroa. Ou, ainda mais comum, quando porteiros de prédios de classe média alta ou burguesa impeçam mulheres negras de usarem a entrada principal, insistindo para que usem a porta de serviço. Em ambos os exemplos, o estereótipo estabelece a relação: mulher negra = trabalhadora doméstica (GONZALEZ, 2020b, p. 170).

Para além de sublinhar a construção e manutenção destes papéis, Lélia Gonzalez coloca em constelação como este estará associado de modo simbólico e material à mulher negra. Em seus escritos, a afirmação da aglomeração histórica destes sujeitos no trabalho doméstico, assim como a manutenção das condições precárias de trabalho desde o período colonial, são constantemente reiteradas. Isto se apresenta desde a distinção que a mesma faz sobre as diferentes funções realizadas por escravizados, em especial trazendo as figuras da mucama e da mãe-preta (GONZALEZ, 1984), e os importantes – e ambíguos – papéis que essas desenvolveram, até suas atualizações no período pós-abolição:

¹⁰ Publicado originalmente com o título *The “Negro” Inside* em março de 1981, no jornal Village Voice de New York.

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares (GONZALEZ, 2020a, p. 40).

Seguindo nesta análise, a autora sinaliza continuação desses papéis:

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem (GONZALEZ, 2020c, p. 217-218).

Ainda ao que concerne a esta discussão, as interpretações teóricas desta e de outras autoras refletem sobre a exploração econômico-sexual de mulheres negras tanto no que corresponde ao período escravista quanto nos posteriores. É profícuo notarmos, ainda, que este debate consta também no pensamento de Abdias do Nascimento, em *A Exploração Sexual da Mulher Africana* (1978), em que o autor trata, dentre outros aspectos, a herança de explorações sofridas por mulheres africanas e mulheres negras em diferentes períodos históricos, e como esses fatores definirão seu papel social. Sueli Carneiro (2020b, p. 151), em *Gênero e Raça na Sociedade Brasileira*¹¹, salienta que “[...] a teoria de superioridade racial teve na subordinação feminina seu elemento complementar”. Essa compreensão nos revela, dentre outras coisas, as profundas relações de subordinação em que mulheres negras estão historicamente submetidas.

Essa perspectiva aponta ainda que para além da exploração da força de trabalho, há também a exploração das capacidades reprodutivas deste grupo, como consta na análise de Beatriz Nascimento (2021a) acerca da mulher negra como fornecedora de mão de obra. É interessante pensarmos como as múltiplas explorações as quais este grupo é submetido são forjadas e nutridas ao longo da história da sociedade brasileira. Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2020b) tratarão com profundidade dos mitos e estereótipos associados às mulheres negras, bem como os papéis atribuídos a estas. Estes papéis, construídos na sociedade colonial e escravista e perpetuados no imaginário social pela mídia e literatura, resultarão em impactos profundos ao grupo, ecoando para suas relações de trabalho (GONZALEZ, 2020a), de afeto (MOREIRA, 1998), autoestima (CARNEIRO, 2020b), entre outros.

O elenco de interpretações dessas autoras nos revelam também a atualização dessas explorações, como as que ocorrem ainda hoje com trabalhadoras domésticas. Lélia Gonzalez, em

¹¹ Originalmente publicado no livro *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira* (BRUSCHINI; UNBEHAUM, 2002).

Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira (1984), trata sobre a iniciação e prática sexual de senhores e seus filhos com crioulas; Sueli Carneiro (2020b) também sublinha o assédio sexual de empregadas domésticas por seus patrões. De mesmo modo, estudos mais recentes, como o realizado por Corossacz (2014), apontam a atualidade da violência sexual sofrida por trabalhadoras domésticas no Brasil. Este percurso histórico de violências e violações demonstra a perpetuação de um legado, como sublinhado por Carneiro (2020b, p. 165): “Note-se que estamos diante de um *continuum* histórico que, passando da mucama à doméstica, mantém a tradição de uso e abuso sexual da mulher negra [...]”.

As ideias formuladas e apresentadas pelas autoras demonstram as dinâmicas de transição dos papéis destinados às mulheres negras. Sueli Carneiro (2020b, p. 161-162) ressalta que “Portanto, as imagens construídas historicamente sobre as mulheres negras continuam produzindo formas particulares de violências vividas presentemente por elas [...]”, e quanto a esta constatação, compreendemos que a construção ou requalificação dessas imagens é um mecanismo de extrema relevância para as múltiplas permanências e atualizações que marcam a trajetória de mulheres negras no percurso da mão de obra escrava à assalariada.

BEATRIZ NASCIMENTO

Ao longo de sua trajetória intelectual Beatriz Nascimento se dedicou à reflexão e interpretação da condição social da população negra no Brasil, construindo um múltiplo acervo de discussões sobre racismo, transmigração, movimento negro, e, entre outros, robustos estudos sobre quilombos (VINHAS, 2018). Seu pensamento inclui também questões sobre a experiência e subjetividade deste grupo, além de outros temas caros e medulares para o conhecimento da formação social e da história negra do país. A exemplo, destacamos *Por Uma História do Homem Negro* (NASCIMENTO, 1974), em que a autora narra, debate e questiona as abordagens tradicionais sobre a história do povo negro, apontando o caráter simplista e racista das análises desta história. Neste texto, assim como em diversos outros, é possível observar com nitidez a postura intransigente e complexa de seu pensamento. Em diálogo com os objetivos deste escrito, sublinhamos especialmente os textos *A Mulher Negra no Mercado de Trabalho* (NASCIMENTO, 2021a) e *A Mulher Negra e o Amor* (NASCIMENTO, 2021b), em que a autora examina a questão do trabalho e sua dimensão na vida de mulheres negras.

Destacamos que, assim como observado no pensamento de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento também considera as articulações entre raça, gênero e classe em suas ponderações. Este

importante atributo de sua intelectualidade modela sua compreensão e suas contribuições para o conhecimento da condição de mulheres negras no mercado de trabalho.

As análises de Nascimento sobre a sociedade brasileira são decididamente interseccionais na sua abordagem, apesar de ela não usar essa categoria teórica em seus textos. A interseccionalidade é uma abordagem metodológica feminista negra para a análise social que considera o fato de que os sistemas de opressão são interligados. As discussões de Beatriz Nascimento sobre as mulheres negras no mercado de trabalho e as mulheres negras e amor demonstram e refletem essa metodologia (SMITH, 2016, p. 445).

Em *A Mulher Negra no Mercado de Trabalho* (2021a), a autora retoma um breve histórico da organização estrutural da sociedade brasileira, elucidando a necessidade do retorno para a compreensão da atual condição de mulheres negras no mercado de trabalho – este é um elemento de extrema importância em sua análise e de sua companheira nesta reflexão, Lélia Gonzalez. Ambas sublinham a necessidade, bem como realizam, um retorno analítico de modo a desmembrar o trajeto laboral destes sujeitos ao longo de diferentes períodos histórico-econômicos no Brasil. A partir da descrição das posições de diferentes grupos na hierarquia social, Nascimento (2021a) explicita o caráter patriarcal da organização social no período colonial, salientando que, apesar deste permear sobre toda a estrutura, recai de modo desproporcional sobre a mulher (NASCIMENTO, 2021a).

Pelo caráter patriarcal e paternalista da sociedade, atribui-se a mulher branca o papel de esposa do homem, mãe dos seus filhos e dedicada a eles. Desse modo, seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que esse ócio representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população (NASCIMENTO, 2021a, p. 55-56).

No trecho destacado acima é relevante observarmos que esta diferencia os papéis de gênero dentro da estrutura, demarcando como o patriarcado construirá sobre a mulher branca uma figura improdutiva. Demonstrando outras importantes camadas desta compreensão, a autora afirma que “Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra pode ser considerada uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, dotada de um papel ativo” (NASCIMENTO, 2021a, p. 56). Com esta perspectiva, afirma a compreensão de que o fator racial remodelará a experiência de gênero deste grupo. Então, quanto ao papel produtivo da mulher negra nesta estrutura, compreende-se que:

Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas também de produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias, do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher e, portanto, de mãe em potencial de novos escravos, ela tinha a função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (NASCIMENTO, 2021a, p. 56).

Fundamentados nesta perspectiva, adotamos a compreensão dos desdobramentos da interação entre gênero, raça e classe no período, entendendo também como a exploração da mulher negra será um fator crucial para manutenção do sistema colonialista e, em conjunto com o homem negro, “o suporte para a instituição escravocrata” (NASCIMENTO, 2021a, p. 57).

Beatriz Nascimento (2021a), na continuidade da sua abordagem sobre as posições de trabalho e exploração, afirma que na sociedade moderna ocorre maior diversificação no que concerne às atividades produtivas, em especial pelo processo de industrialização, com a estratificação social tendo maior flexibilidade, quando comparada à períodos antecedentes. No entanto, segundo a autora, esta porosidade não é suficiente para alterar os papéis atribuídos aos diferentes grupos dentro do sistema, deste modo, essas posições serão definidas por alguns fatores: “Numa sociedade como a nossa, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preencher esses espaços” (NASCIMENTO, 2021a, p. 57). Nascimento (2021a) se refere ao fator racial como critério de seleção que irá determinar os lugares que serão ocupados, também, no mercado de trabalho. Esta é uma perspectiva necessária para que haja compreensão das diferentes camadas que sustentam a estrutura social brasileira.

MULHERES NEGRAS E O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: CONTINUIDADE E DESTINO HISTÓRICO

A abordagem sobre o trabalho e a estrutura social nos oferece subsídios importantes para pensarmos as posições de trabalho tanto em períodos anteriores quanto no contemporâneo. No entanto, Beatriz Nascimento (2021a) aprofunda sua compreensão de modo a discutir, mais especificamente, a condição da mulher negra.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais (NASCIMENTO, 2021a, p. 58).

A noção de continuidade que a autora traz, salientando ainda os resíduos escravagistas e suas interações com os atuais mecanismos de privilégios na experiência atual deste grupo (NASCIMENTO, 2021a) nos é profícua por possibilitar compreender, através também de diferentes

estudos, a sobrevivência de práticas de exploração no trabalho doméstico remunerado. Nesta compreensão da continuidade nos é interessante abarcar a análise de Sueli Carneiro em seu texto *Mulher Negra* (2020a)¹², em que a autora analisa, através de dados de censos demográficos, em especial do recenseamento de 1980, a condição socioeconômica deste grupo. De acordo com Carneiro:

A forte presença das mulheres negras na prestação de serviços ratifica que, tal como no passado pós-abolicionista, essa continua sendo, para as mulheres negras, a principal modalidade de atividades econômicas a que têm acesso, apesar de estarmos próximos dos cem anos da Abolição da Escravatura e, no entanto, nem a “tradição” nem o “knowhow” que, historicamente, vimos acumulando em tais funções são suficientes para que ao menos nessas ocupações as mulheres negras percebam rendimentos semelhantes aos das mulheres brancas (CARNEIRO, 2020a, p. 36).

A noção do impacto do fator racial direciona-nos a outro aspecto: as desigualdades intragrupo. Mesmo com a existência de ocupações com concentração significativa de indivíduos do sexo feminino, ou seja, profissões sexualmente tipificadas, ocorrem as disparidades intragênero, nitidamente observadas quando analisados os dados de educação e ocupação entre mulheres brancas e mulheres negras. A exemplo temos os dados sobre o atual percentual de trabalhadoras domésticas negras no Brasil (IPEA, 2019)¹³, trabalho infantil (PRETA-RARA, 2019), desigualdade em relação à carteira assinada e à média salarial entre trabalhadoras brancas e negras (IPEA, 2019), a dificuldade de contratação (IPEA, 2019) além de diversas denúncias de trabalho análogo à escravidão.

As discussões realizadas pelas autoras e o conjunto de dados recentes sobre trabalho doméstico nos apontam elementos para compreender a consolidação de um destino social. Em *A Mulher Negra e o Amor* (2021b), Nascimento afirma que:

A mulher negra na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra, na maioria das vezes não qualificada. Num país em que só nas últimas décadas desse século, o trabalho passou a ter o significado dignificante, o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra “um destino histórico”. É ela quem desempenha, em sua maioria, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos onde as relações de trabalho evocam as mesmas da escravocracia (NASCIMENTO, 2021b, p. 233).

Esta perspectiva da autora, bem como a de Lélia Gonzalez discutida anteriormente, nos aponta a compreensão de que mulheres negras brasileiras ocupam um lugar predeterminado na

¹² Publicado originalmente em 1985, no livro *Mulher Negra: política governamental e a mulher*, volume que compõe a coleção *Década da Mulher* (1975-1985).

¹³ De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do total de 5,7 milhões de mulheres trabalhadoras domésticas, 3,9 milhões correspondem à mulheres negras. Destarte, este grupo corresponde a 63% do total de trabalhadoras/es domésticas/os do Brasil (IPEA, 2019).

sociedade (SMITH, 2016) e, em especial, no mercado de trabalho, demarcado pelo legado da escravidão e do colonialismo: “Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ela ser uma mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados” (NASCIMENTO, 2021a, p. 58). Esta noção de um porvir previamente demarcado também é sublinhada por Sueli Carneiro (2020b, p. 158), que trata do “destino social” que se consolida através dos projetos e práticas de exploração e subordinação.

MULHERES NEGRAS, EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Analisando os avanços possibilitados pelo acesso à educação formal entre outros grupos, assim como traçando um comparativo da disparidade entre a posição de mulheres brancas e mulheres negras no mercado de trabalho, com as primeiras tendo acesso ao ensino formal e, assim, às melhores vagas de emprego, Nascimento assinala fatores primordiais da condição socioeconômica de mulheres negras:

O mesmo não ocorre com a mulher negra, e isso por dois motivos fundamentais: o primeiro, porque a mulher negra ainda não teve acesso suficiente à educação para qualificar-se para esses tipos de empregos burocráticos. O segundo, porque esses empregos implicam relações públicas ou relação com o público. Por exemplo, comércio de mercadorias. Nesse contexto, o critério racial se faz mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais, ou então trabalhando como operária industrial (NASCIMENTO, 2021a, p. 60).

Nesta afirmação aponta para duas questões de grande relevância para esta discussão: o acesso à educação e a segmentação racial no mercado de trabalho.

Inicialmente podemos imergir brevemente na questão da educação, fator de extrema, mas não absoluta, definição para a ocupação e mobilidade dos grupos sociais. Nascimento (2021a; 2021b) ressalta em suas análises o impacto do fator educacional e sua influência no que concerne às condições laborais dos diferentes grupos. No trato deste tema a autora salienta a educação como um requisito importante para a ascensão social de grupos subordinados, e como o acesso a ela é dificultado pela permanência e atualização de mecanismos de produção de subordinação e privilégio.

Nascimento (2021a, p. 59) assinala também que “a educação é um requisito para o acesso às melhores ocupações na hierarquia de empregos [...]”, compreensão compartilhada também por Sueli Carneiro (2020a, p. 18), quem afirma que “[...] as desigualdades educacionais existentes entre os grupos antecipam as desigualdades que serão percebidas em sua participação na estrutura ocupacional e na auferição de rendimento médio mensal”. Carneiro trata ainda do conjunto que produz o confinamento da população negra em ocupações de menor *status* e possibilidade de mobilidade

quase inexistente: o baixo nível de instrução coligado “[...] aos mecanismos socialmente instituídos de discriminação racial que atuam constantemente no mercado de trabalho” (CARNEIRO, 2020a, p. 25), e aponta que desconsiderar a coligação destes fatores é relativizar o impacto do racismo (CARNEIRO, 2020a).

Beatriz Nascimento (2021b), Sueli Carneiro (2020a), Lélia Gonzalez (2020a) e Maria Aparecida Bento (1995) desmembram em suas análises o processo de educação entre os diferentes grupos, traçando com maior ênfase o paralelo entre os níveis de instrução de mulheres brancas e mulheres negras, revelando, assim, como a escolaridade e a segmentação racial se espelharam no mercado de trabalho.

SEGMENTAÇÃO RACIAL E PRETERIMENTO NO MERCADO DE TRABALHO

Nos é produtivo nesta discussão considerar como a segmentação racial produz o preterimento vivido por mulheres negras em determinadas ocupações, visto que esta é uma questão que se apresenta múltiplas vezes nas análises das duas principais autoras estudadas neste trabalho, bem como é um mecanismo definidor das possibilidades que mulheres negras alcançarão em suas atividades laborativas.

Lélia Gonzalez (2020a) afirma que com as mudanças ocorridas a partir de 1950, como a ampliação e modernização de setores industriais, bem como a expansão do processo de urbanização, ocorre também a mudança na dinâmica industrial, como o fechamento de alguns setores e abertura de outros. Neste cenário, a mulher negra sofre o impacto do declínio da indústria têxtil, setor em que uma parcela do grupo atuava como operária. Gonzalez (2020a) sinaliza que essa mudança reduz ainda mais o estreito espaço que mulheres negras tinham na indústria, visto que parte significativa do grupo estava inserida, principalmente, nos serviços pessoais, e começa a pleitear outros setores, mas são limitadas pela segmentação racial.

É neste ponto que observamos com facilidade a conjugação da desvantagem escolar e os mecanismos de discriminação racial, visto que os novos setores, em especial o setor burocrático, é marcado pela presença feminina (branca), no entanto, mulheres negras estão em um cenário de baixa escolaridade e também não possuem a “boa aparência” exigida para lidar com o público (GONZALEZ, 2020a). Sueli Carneiro (2020c, p. 203), no trato dessa exigência de atributos, também, estéticos, ressalta que:

Tal quesito, quando endereçado às mulheres, indica a reserva de parcela do mercado de trabalho para as mulheres brancas, ou seja, mesmo para as funções socialmente

consideradas subalternas, como as destinadas às mulheres dentro das ocupações de melhor status ou não, o grupo branco garante para os seus quadros, mesmo os considerados inferiores como as mulheres brancas, o monopólio das melhores funções existentes no reduzido mercado de trabalho reservado às mulheres.

De mesmo modo, Lélia Gonzalez (2020a, p. 42) explicita o significado deste requisito:

Mesmo nos dias atuais, em que se constata melhorias quanto ao nível de educação de uma minoria de mulheres negras, o que se observa é que, por maior que seja a capacidade que demonstre, ela é preterida. Que se leiam os anúncios dos jornais na seção de empregos; as expressões “boa aparência”, “ótima aparência” etc. constituem um código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra.

Maria Aparecida Silva Bento, em *A Mulher Negra no Mercado de Trabalho* (1995), sublinha que este critério, que “[...] designa invariavelmente o protótipo de mulher não negra” (BENTO, 1995, p. 485), é uma das grandes dificuldades do grupo no que concerne à atividade econômica. A autora, através de um estudo que investiga os mecanismos de discriminação nas relações de trabalho, disserta ainda que, para além de serem consideradas inadequadas para lidarem com o público, o preterimento se dá “[...] não só atividades que impliquem comando ou visibilidade, mas outras que envolvam planejamento, poder de decisão, manejo de equipamentos mais sofisticados, controle de numerário são bloqueadas ou delegadas com reserva as negras” (BENTO, 1995, p. 485). Sendo assim, os mecanismos atuam para garantir que mulheres negras estejam confinadas, guetificadas, na esfera das atividades manuais e/ou domésticas (BENTO, 1995).

Nesta discussão, outra camada pode ser adicionada, a que concerne à mulher negra / empregada – mulher branca / patroa. Gonzalez (2020a) estende esta questão para o pensamento e a experiência feminista, quando se dá a representação dessas relações sem referência à dimensão racial:

As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam a questão da discriminação racial, do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. Por aí se vê o quanto as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor, também discriminado, que não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial (GONZALEZ, 2020a, p. 43).

A autora prossegue apontando uma questão crucial que perpassa os âmbitos do trabalho, da política e da cultura:

O discurso é predominantemente de esquerda, enfatizando a importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra (GONZALEZ, 2020a, p. 43).

Quanto a isto, a afirmação adiante exemplifica os papéis:

A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada, como já vimos. (Gonzalez, 2020, p. 42-43)

As noções tecidas pelas autoras abordadas, sublinham que o confinamento de mulheres negras em atividades de baixo prestígio, remuneração e de maior exploração, são um legado da escravização, mas também são frutos de mecanismos atualizados de subordinação, como a dificuldade de acesso à educação formal e a segmentação racial no mercado de trabalho (SMITH, 2016). As abordagens realizadas pelas autoras desvelam os diferentes mecanismos que estruturam a hierarquia ocupacional, sujeitando mulheres negras a condições precárias de trabalho e, conseqüentemente, de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste escrito buscamos abordar as contribuições de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez para a compreensão das posições e condição de mulheres negras no mercado de trabalho, com especial relevo à presença destas no trabalho doméstico remunerado. O repertório de análise construído pelas autoras durante suas trajetórias pessoais, políticas e intelectuais nos permitiram compreender a estrutura desta atividade laboral, demonstrando que, para além de gênero, a raça também se estabelece enquanto um fator crucial para o confinamento de mulheres negras em atividades marcadas por extrema exploração e precariedade. Deste modo, destacamos que a análise da atividade desde o período escravista é um atributo fundamental das abordagens dessas e de outras autoras negras que se dedicam a essa discussão, que constroem também um importante elenco de interpretações que possibilitam compreender a sobrevivência de mecanismos escravistas que ainda hoje alinham a experiência destas sujeitas à esta atividade.

A partir do prisma interpretativo das duas intelectuais, bem como de outras evocadas ao longo do trabalho, buscamos discutir alguns mecanismos que operam sistematicamente e compõem o campo de desvantagens socioeconômicas vivenciadas pela população negra, em especial por mulheres negras brasileiras, e que represam este grupo em setores com maior exploração e desamparo e menor possibilidade de ascensão social.

Por fim, ressaltamos que parte significativa da bibliografia utilizada na formulação deste texto data do século XX, em especial, as décadas de 1970 e 1980, utilizando, por vezes, censos anteriores a este período. A comparação destes dados com os dados atuais sobre o trabalho

doméstico remunerado e a condição da trabalhadora negra nos revela a coexistência de passado e presente neste setor. As análises que as autoras realizam reafirmam que a compreensão do trabalho doméstico entre mulheres negras à luz do retorno analítico ao período colonial é um fator incontornável, visto que é através dele que compreenderemos a estrutura e as condições do trabalho doméstico contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas* - IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ, v. 3, n.2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em 28 agosto 2022.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WHITE, E. (Orgs.). *O Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2002. p. 42-61.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A Mulher Negra no Mercado de Trabalho. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, jan. 1995, p. 479-488. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466/15036>. Acessado em: 19 de junho de 2022.

BORGES, Roseane da Silva. *Sueli Carneiro*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CAMPOS, Vivian. Jurema Werneck, do Morro dos Cabritos à Anistia Internacional: trajetória, resistência e ativismo pela saúde das mulheres negras. In: FREITAS, Viviane Gonçalves (org). *Intelectuais Negras: vozes que ressoam*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2019. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Intelectuais-Negras.pdf>. Acessado em: 7 de outubro de 2022. p. 93-102.

CARNEIRO, Sueli. Mulher Negra. In: CARNEIRO, Sueli. *Escritos de Uma Vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2020a. p. 13-59.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça na Sociedade Brasileira. In: CARNEIRO, Sueli. *Escritos de Uma Vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2020b. p. 150-184.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. In: CARNEIRO, Sueli. *Escritos de Uma Vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2020c. p. 195-223.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Abusos Sexuais no Emprego Doméstico no Rio de Janeiro: A imbricação das relações de classe, gênero e "raça". *Temporalis*, v. 14, n. 28, 2014, p. 299-324.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo. *Literafro*: portal da literatura afro-brasileira. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 26 de setembro de 2022. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em 7 out 2022.

GONZALEZ, Lélia. A Juventude Negra Brasileira e a Questão do Desemprego. In: *Annual Meeting of the African Heritage Studies Association*. Pittsburgh (EUA), 26-29 abr. 1979.

GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômica. In: LUIZ, Madel (org.). *O lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia (org.); LIMA, Márcia (org.). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 25-44.

GONZALEZ, Lélia. A Mulher Negra no Brasil. In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia (org.); LIMA, Márcia (org.). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 158-170.

GONZALEZ, Lélia. E a Trabalhadora Negra, Cumé que Fica? In: GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia (org.); LIMA, Márcia (org.). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 217-219.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua*. Textos para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MOORE, Carlos. *African Presence in the Americas*. Treton: African World Press, 1995, p. 313-328.

MOREIRA, Diva. *Direitos Humanos no Cotidiano*. São Paulo: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, UNESCO; Universidade de São Paulo, 1998. p. 173-177.

NASCIMENTO, Abdias do. A Exploração Sexual da Mulher Africana. In: NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-64.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma História do Homem Negro. *Revista de Cultura Vozes*, v. 68, n. 1, 1974, p. 41-45.

NASCIMENTO, Beatriz. Meu Negro Interno. In: RATTTS, Alex; GOMES, Bethânia (org.). *Todas (as) Distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento*. Salvador : Ogum's Toques Negros, 2015. p. 90-97

NASCIMENTO, Beatriz. A Mulher Negra e o Mercado de Trabalho. In: NASCIMENTO, Beatriz; RATTTS, Alex (org.). *Uma História Feita por Mãos Negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021a. p. 55-61.

NASCIMENTO, Beatriz. A Mulher Negra e o Amor. In: NASCIMENTO, Beatriz; RATTTS, Alex (org.). *Uma História Feita por Mãos Negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021b. p. 231-235.

PRETA-RARA. *Eu Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RATTTS, Alex. *Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RATTTS, Alex. Introdução. In: NASCIMENTO, Beatriz; RATTTS, Alex (org.). *Uma História Feita por Mãos Negras: Relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 07-33.

RATTTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIOS, Flavia; RATTTS, Alex. A Perspectiva Interseccional de Lélia Gonzalez. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (orgs.). *Pensadores Negros - Pensadoras Negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: MC&G Editorial; Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016. p. 467-486.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. Benedita da Silva. In: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 125.

SMITH, Christen. Lembrando Beatriz Nascimento: quilombos, memória e imagens negras radicais. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (orgs.). *Pensadores Negros - Pensadoras Negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: MC&G Editorial; Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016. p. 447-466.

VINHAS, Wagner. Revisitando Maria Beatriz Nascimento: A continuidade histórica entre os sistemas sociais negros do passado e o assentamento em favelas urbanas e comunidades rurais da atualidade. *Revista da Associação Brasileira de*

Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 10, n. 25, p. 271-293, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/616>>. Acesso em: 07 out. 2022.